

Quinta-feira 14 de **Dezembro** de 2023



ios derrubam quarto Over

SALÁRIO MÍNIMO PODE TER SEU BOLSO REAJUSTE DIA 1º DE MAIO

SOLT PARAZÃO

Remo é líder geral após vitória por 1 a 0 sobre o São Francisco. PásiMAS 6 E 7

40L'LEÃO VENCE ELIDERA

SEGUNDA-FEIRA Bell

A informação é do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Ele também desta a retomada das obras públicas como um impulso para oportunidades de empr

ESCOLAS LEVALICOS BRILHO À AL **DOL** COLIBERAL CO. **≡** a 2 ROMA OBLADA CN CONSELHO MACCONAL DE ACCINCA

PAREDÃO TEM AMANDA, BRUNO, Guimé é Paula

LANCAMENTO

Livro do IDPP aborda as transversalidades do direito público

INTERCÂMBIO - Publicação reúne artigos com o objetivo de promover a troca de conhecimentos técnicos e científicos e mostrar a qualidade profissional dos operadores do Direito no Pará

VALÉRIA NASCIMENTO

lancamento do livro "Direito Público e suis Transversalidades", pelo Instituto Brasileiro de Direito Público e Privado (IDPP), no Pará, reuniu a comunidade jurídica paraense em um evento concorrido no Palacete Faciola. no bairro de Nazaré, em Belém, na noite de ontem. A publicação é a segunda organizada pelo IDPP e traz 60 artigos de 50 autores, como ministros de Tribunais de Contas da União e do Superior Tribunal de Justica (STJ), bem como representantes de poderes públicos, no Pará, a exemplo de juízes, promotores de justica, acadêmicos e advogados

com atuação reputada na capital paraense.

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público e Privado (IDPP), no Pará, a advogada paraense Denise Mendes assina a coordenação do livro, em conjunto com os advogados Jeferson Bacelar e Giussepp Mendes.

Denise enfatizou que, ao lançar obras juridicas, o Instituto procura promover o intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos e evidenciar a qualidade profissional dos operadores do direito no Pará.

"Nosso interesse é também de colocar os nossos juristas e autores paraenses no rol nacional. Somos conhecidos individualmente, mas entendemos que em grupo somos mais fortes", "Nosso interesse é também de colocar os nossos juristas e autores paraenses no rol nacional"

afirmou a advogada que além de coordenadora da publicação, assina um dos artigos.

Sobre a escolha do tema, o advogado Jeferson Bacelar disse que os diversos textos, cada um à sua maneira, exploram a transversalidade do 'Direito Público'. Ele explicou que, num primeiro momento, o livro e ditado pela Editora Fórum. conhecida como repo-

sitório de textos de direito público - de fato, se dedicaria às temáticas do direito constitucional e do direito administrativo, mas os coordenadores decidiram ampliar a potencialidade da obra, oportunizando a transversalidade, a partir da colaboração de outras áreas do direito.

DIÁLOGO

"Hoje, nós vivemos no Brasil, o movimento que se chama constitucionalização do direito. O STF, por exemplo, analisa e decide questões do direito do trabalho, do direito penal, do consumidor, ou seja, hoje, de certa forma, todas as matérias estão com esse diálogo em relação ao direito público e ao direito consti

tucional", enfatizou Jeferson Bacelar.

A desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, diretora da Escola Iudicial do Poder Judiciário do Pará, assina o artigo "Os efeitos temporais da coisa julgada, à luz dos temas 881 e 885 do STF, considerações úteis para o manejo processual nas vias ordinárias de juris-dição". "Esta obra é importante, porque nós aqui no Pará precisamos mostrar nossos valores, entendimentos e ensinamentos de nossa cultura e é em cima do direito que nós aprendemos a fazer, crescer, inovar e transformar e essa coletânea mostra esse conteúdo profissional", afirmou a desembargadora Célia Regina, ex-presidente do Tribunal de Justica do Pará.

Conselheira do Tribunal de Contas do Pará (TCE), Daniela Barbalho, primeira-dama do Estado, assina o artigo "Entre a Jurisprudência do TCU e a Legislação Subnacional", sobre decisões concretas da Corte de Contas federal e o regramento existente no país, aplicados pela Administração Pública.

"A análise ressalta a importância desse alinhamento entre a jurisprudência do TCU e a legislação subnacional em um caso concreto. Outro assunto que não poderia ser olvidado neste trabalho é a aplicabilidade da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos que trará uma nova aplicação normativa para o Poder Judiciário e Corte de Contas do pais", comentou.



Jeferson Bacelar, ao microfone, com autoras e autores de artigos para o livro do IDPP

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Polícia Civil prende quadrilha de golpes do "falso parente"

Segundo investigação da PC do Pará, em parceria com o órgão do RJ, os criminosos assumiam identidades falsas para pedir dinheiro por PIX

INVESTIGAÇÃO

Polícia Civil do Pará prendeu preventivamente oito investigados por integrarem uma associação criminosa atuante nos Estados de Mato Grosso e Goiás, voltada à prática de crimes patrimoniais por meio de perfis falsos criados em aplicativo de conversas. A operação denominada "Ludibrio", que teve iní-cio na última sexta-feira (08), foi coordenada pela Diretoria Estadual de Combate a Crimes Ci-bernéticos (DECCC), com objetivo de cumprir 30 ordens judiciais contra suspeitos de envolvimento nos crimes de estelionato mediante fraude eletrônica e associação criminosa.

Segundo a delegada Vanessa Lee, a modalidade
investigada pela PCPA é
conhecida por "golpes do
falso parente", que acontece quando os criminosos assumem identidades
falsas para pedir dinheiro
via PIX. "A associação criminosa, com atuação interestadual, fazia uso de um
aplicativo de conversas e
se passava por parentes
ou pessoas próximas das
vítimas, solicitando transferências financeiras, via
PIX, no golpe conhecido



Operação contou com o apoio operacional da Polícia Civil de outros estados FOTO: DIVULGAÇÃO

como 'falso parente'. A investigação identificou que entre os meses de março a julho de 2022 um grupo criminoso estava fazendo vítimas no Estado do Pará, cujo prejuízo financeiro girou em torno de R\$ 95 mil", contou a diretora da DECCC.

Os trabalhos investigativos encerrados na terça-feira (12), para cumprir 14 de mandados de prisão preventiva e 16 de busca e apreensão domiciliar, foram expedidas pelo Poder Judiciário do Pará (TJPA), tiveram atuação efetiva de servidores da Divisão de Combate a Crimes Econômicos e Patrimoniais Praticados Por Meios Cibernéticos (DCCEP), vinculada a DECCC, com apoio operacional das Polícias Civis dos Estados de Goiás (GO), Mato Grosso (MT) e Paraíba (PB).

"Ainda durante a investigação, foi apurado que o grupo também fez vítimas nos Estado do Rio de Janeiro (RJ). Alguns de seus integrantes já possuem registros criminais por outros crimes patrimoniais, como furto qualificado e receptação, assim como passagens pelo crime de tráfico de drogas", contou

o delegado João Amorim, titular da DCCEP.

De acordo com o delegado-geral Walter Resende, além das ordens judiciais de prisão e busca e apreensão, foi determinado judicialmente o bloqueio de valores identificados durante as investigações como suspeitos. "A integração com a PCRJ também foi importante para nossas investigações, pois a associação criminosa fez vítimas por estelionato na região. Outras diligências serão realizadas para localizar e prender outros investigados", disse o gestor.



Associação premia trabalho de promotores

DIREITO

A Associação do Ministério Público do Estado do Pará (Ampep) premiará os melhores trabalhos forenses e práticas exitosas feitas pelos promotores associados em 2023. A cerimônia ocorre na tarde de hoje (14) no Centro de Estudos e Aperfeiçoamentos Profissionais (CEAF) do MPPA. A premiação tem apoio do Sicoob/Coimppa.

O prêmio "Promotora de Justiça Symone Morhy de Siqueira Mendes Lauria" será ofertado às melhores práticas exitosas, enquanto os prêmios "Artemis Leite" (área cível) e "Fabrício Ramos Couto" (área criminal), serão ofertados às melhores peças forenses, premiando as práticas extrajudiciais e judiciais mais bem-sucedidas que "tenham contribuído para a modernização, rapidez e eficiência na prestação dos serviços ministeriais aos cidadãos".

Cada interessado pôde inscrever apenas uma prática extrajudicial ou peça judicial executada no período de 1/11/2022 a 31/10/2023. O primeiro lugar em cada uma das categorias receberá premiação no valor de R\$ 2 mil; o segundo lugar, receberá R\$ 1,5 mil e o terceiro, R\$ 1.000,00. Para o presidente da associação, Alexandre Tourinho, os prê-

mios estimulam e valorizam o trabalho realizado pelos promotores de justiça ao longo do ano, tanto na capital como no interior. "Todos os trabalhos serão avaliados por uma banca de extrema qualidade composta por professores da área de Direito com mestrado e doutorado de dentro e de fora do MP", antecipa o promotor.

HOMENAGEM

A promotora de justiça Symone Morhy de Siqueira Mendes Lauria faleceu em fevereiro de 2015, após uma carreira de sucesso no MP estadual iniciada em 1991. Simone atuou em várias promotorias do interior e da capital, além de ter atuado na Ampep como diretora administrativa e financeira entre 2010 e 2012.

Fabrício Ramos Couto foi assassinado com 6 tiros dia 24/11/2006 dentro do Fórum de Marapanim, aos 37 anos pelo advogado João Bosco Guimarães que, armado com dois revólveres, entrou no gabinete do promotor, para cometer o crime. Artemís Leite da Silva foi especialista em Direito de Família e em Direito Processual Civil. Sua carreira no MP iniciou na década de 50, como assistente judiciário. Foi promovido a Procurador de Justica em janeiro de 1983, servindo nas Câmaras Reunidas do TJ-PA.

Livro sobre a importância do Direito reúne importantes juristas

LANÇAMENTO

Alexandre Nascimento

O Instituto Brasileiro de Direito Público e Privado (IBDPP) lançou, na noite de ontem (13), o livro "Direito Público e Suas Transversalidades", no Palacete Faciola, em Belém. A publicação, que tem o apoio do Instituto Ibero-americano de Estudos Jurídicos (IBEROJUR), da Associacão do Ministério Público do Pará (AMPEP) e do Grupo RBA, reúne artigos jurídicos sobre direito administrativo, penal, processual, trabalhista e previdenciário.

O evento contou com a presença do secretário de Estado de Articulação e Cidadania Igor Normando, que assinou o prefácio do livro, da conselheira do Tribunal de Contas do Estado (TCE) Daniela Barbalho, que escreveu um dos artigos, dos advogados Giussepp e Denise Mendes, membros do IBDPP, e organizadores da publicação, entre outros colaboradores e autoridades públicas.

Ao todo, o livro conta com artigos de mais de 50 especialistas jurídicos como os ministros Vital do Rêgo Filho, do Tribunal de Contas da União (TCU), Humberto Martins e Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ophir Cavalcante Jr, ex-presidente da OAB, José Augusto Potiguar, procurador do Ministério Público Federal (MPF), entre outras referências do direito. "Foram meses de estudos para elaborar este livro. Por isso, reunimos conceituados juristas paraenses e nacionais para tratar sobre a importância do direito", disse Giuseppe Mendes, membro do IBDPP.

ARTIGO

Um dos importantes ar-tigos traz o título "Entre a Jurisprudência do TCU e a Legislação Subnacio nal", que aborda as de-cisões da Corte de Contas federal e o regramento existente no país, apli-cados pela Administração Pública. "A análise que re-alizei ressalta a importância desse alinhamento entre a jurisprudência do TCU e a legislação subna-cional em um caso concreto. Outro assunto que não poderia ser olvidado neste trabalho é a apli-cabilidade da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos que trará uma nova aplicação normativa para o Poder Judiciário e Corte de Contas do país", explicou Daniela Barbalho, conselheira do TCE e autora do artigo.

Nesse contexto, os organizadores consideram que o livro "Direito Público e Suas Transversalidades" será uma importante referência no campo do saber jurídico. "Não foi à toa que reunimos pessoas que são referências do direito que rege nossa constituição e democracia, em todos os campos. Por isso, temos a certeza que o livro irá contribuir na formação de novos advogados, assim como outras contribuições", declarou Denise Mendes, presidente do IBDPP.

Presente no evento, o diretor comercial da RBA Nilton Lobato falou da importância do apoio do Grupo à publicação. "O apoio do Grupo RBA e do DIÁRIO DO PARÁ essa iniciativa do IBDPP é muito significativo. Reunir 50 personalidades do Pará e do Brasil, todas conhecedoras do Direito, para abordar uma gama ampla de temas dentro do Direito Público Brasileiro certamente oferece uma visão abrangente e atualizada para estudiosos e profissionais da área. Esta obra coordenada pela Dra. Denise Men-



Lançamento do livro contou a presença de advogados, juristas e outras autoridades FOTO: WAGNER ALMEIDA

des, Dr. Giussepp Mendes e Dr. Jeferson Bacelar parece ser uma referência valiosa para compreender as nuances e desafios do sistema legal do Brasil e suas conexões com outras áreas do conhecimento", concluiu.



Da esq. para a dir: Nilton Lobato, Giussepp Mendes, Denise Mendes e Alda Dantas FOTO: WAGNER ALMEIDA



A conselheira do TCE, Daniela Barbalho, é autora de um dos artigos





Policiais saíram às ruas na noite da última terça-feira e os trabalhos continuaram até a manhā da quarta-feira, uma resposta firme do Estado em defesa da segurança de sua população

COMBATE ÀS DROGAS E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA OPERAÇÃO EM 6 CIDADES POE 10 PESSOAS NA CADEIA

Operação Xingu cumpriu dois mandados de prisão preventiva, um mandado de prisão temporária e oito mandados de busca e apreensão relacionados a crimes de tráfico de drogas e homicídios

SEGURANÇA

Polícia Civil do Estado do Pará, através das delegacias que compõem a Superintendência Regional do Xingu e com apoio da Polícia Militar, deflagrou a Operação Xingu para dar cumprimento a dois mandados de prisão preventiva, um

mandado de prisão temporária e a oito mandados de busca e apreensão em decorrência das investigações sobre os crimes de tráfico de drogas e homicídios que aconteceram em Altamira e

região neste final de ano.

"Em determinadas operações é mais do que necessária a ação integrada da Polícia Civil do Estado do Pará com as demais forças de segurança pública para

que nós possamos dar à sociedade uma resposta célere e eficaz, principalmente no combate ao tráfico de drogas que fomenta outras práticas delituosas", enfatizou o delegado-geral Walter Resende.

A operação aconteceu na noite de terça-feira e na manhã de ontem, e culminou na prisão em flagrante de sete pessoas, além de dois homens mortos após iniciarem troca de tiros com os agentes de segurança. Participaram da operação os policiais civis da Seccional Urbana de Altamira e das Delegacias de Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfirio, Porto de Moz e Uruará, além da Delegacia de Homicídios de Altamira e os agentes que integram a "Operação Paz".

"Nós sentimos a necessidade de deflagrar esta operação para que pudéssemos controlar os crimes que vinham acontecendo em Altamira e região. Para isso, contamos com o apoio da Polícia Militar já que ambas as forças atuam na repressão ao tráfico de drogas. Mais de 35 policiais civis participaram da ação que aconteceu de forma simultânea em seis municípios", informou o delegado Ricardo Vieira, titular da Superintendência Regional do Xingu. "O trabalho de hoje faz parte do planejamento anual da PCPA que visa levar segurança pública, prevenir delitos e elucidar crimes em todo o Pará. Todas as informações coletadas nos depoimentos e o cumprimento dos mandados irão compor as investigações e guiar diligências, que estão em andamento para localizar e prender outros envolvidos", destacou o delegado Hennison Jacob, titular da Diretoria de Policia do Interior.

Todos os presos foram encaminhados às unidades policiais de seus respectivos municípios para os procedimentos de praxe e estão à disposição do Poder Judiciário.

ALTAMIRA

Um homem foi preso em flagrante por homicídio qualifica-do, tráfico de drogas e porte de arma de fogo. Com ele fo-ram apreendidos 1.748 gramas de substância análoga à crack, 1.871 gramas de substância semelhante à maconha, 53 gramas de substância análoga a cocaína, balança de precisão, uma pistola 9mm, um revólver calibre .22, diversas municões de calibres variados, várias chaves e documentos de motocicletas provavelmente frutos de furto ou roubo, além de R\$1.226,00 em espécie. Na residência também foi encontrada e apreendida uma motocicleta supostamente utilizada em um homicídio que aconteceu no dia 10 de dezembro.

Em outra residência, dois homens iniciaram a troca de tiros contra os agentes, foram socorridos para a UPA de Altamira, mas não resistiram aos ferimentos e morreram. Uma mulher e duas crianças, que eram mantidas reféns em um dos cômodos, foram resgatadas. Um homem foi atraído para o imóvel através de uma emboscada e também foi resgatado pelos policiais antes que os sujeitos o executassem. Os alvos da prisão tinham cargo de re



Além das prisões, houve apreensões de drogas, armas, celulares, documentos e outros objetos e materiais



levância dentro da organização criminosa e já eram investigados pelos policiais por diversos crimes. Na casa foram apreendidos dois revólveres calibres 38 e 32 com munições intactas e de-

flagradas, uma mochila contendo porções de maconha, crack e uma balança de precisão.

ANAPU

Durante as diligências de cum-

primento de quatro mandados de busca e apreensão, um casal foi preso em flagrante pelos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico e posse ilegal de arma de fogo. Foram apreendidos um revólver calibre .38 com várias munições intactas, R\$4.000,00 em espécie, além de certa quantidade de maconha e crack.

BRASIL NOVO

Dois homens receberam voz de prisão, sendo um deles preso em flagrante por tentativa de homicídio e por porte irregular de arma de fogo e o outro por ameaçar sua companheira.

SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

Um suspeito foi preso em cumprimento de mandado de prisão preventiva pelo crime de descumprimento de medidas protetivas contra sua ex-companheira

PORTO DE MOZ

Um mandado de prisão preventiva foi cumprido contra um homem por agredir sua ex-companheira e por descumprir medidas protetivas.

URUARÁ

Um homem recebeu voz de prisão em flagrante pelos crimes de tráfico de drogas, posse irregular de arma de fogo e receptação. Com ele foram encontrados mais de 350 gramas de diversos tipos de entorpecentes, balança de precisão, pinos e sa-quinhos plásticos para embalar os entorpecentes, além de equipamentos de preparo de drogas, arma de pressão, munições calibre 38, celulares, dinheiro, cartões de banco, documentos e chaves de veículos em nome de terceiros e anotações da contabilidade da venda dos materiais ilícitos, bem como uma motocicleta com registro de roubo no município de Altamira. O segundo suspeito também recebeu voz de prisão em flagran-te por perseguição, posse irregular de arma de fogo e desobediência. Um terceiro investigado foi preso em cumprimento a um mandado de prisão temporária que apura o desaparecimento de um adolescente.

OPERAÇÃO LUDIBRIO

Polícia Civil prende quadrilha de golpes do "falso parente"

Segundo investigação da Polícia Civil do Pará, em parceria com o órgão do RJ, os criminosos assumiam identidades falsas para pedir dinheiro por PIX

🐧 quinta-feira, 14/12/2023, 07:52 - 🏖 Autor: Kaio Rodrigues



A Polícia Civil do Pará prendeu preventivamente oito investigados por integrarem uma associação criminosa atuante nos Estados de Mato Grosso e Goiás, voltada à prática de crimes patrimoniais por meio de perfis falsos criados em aplicativo de conversas. A operação denominada "Ludibrio", que teve início na última sexta-feira (08), foi coordenada pela Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos (DECCC), com objetivo de cumprir 30 ordens judiciais contra suspeitos de envolvimento nos crimes de estelionato mediante fraude eletrônica e associação criminosa.

Segundo a delegada Vanessa Lee, a modalidade investigada pela PCPA é conhecida por "golpes do falso parente", que acontece quando os criminosos assumem identidades falsas para pedir dinheiro via PIX. "A associação criminosa, com atuação interestadual, fazia uso de um aplicativo de conversas e se passava por parentes ou pessoas próximas das vítimas, solicitando transferências financeiras, via PIX, no golpe conhecido como 'falso parente'. A investigação identificou que entre os meses de março a julho de 2022 um grupo criminoso estava fazendo vítimas no Estado do Pará, cujo prejuízo financeiro girou em torno de R\$ 95 mil", contou a diretora da DECCC.

Os trabalhos investigativos encerrados na terça-feira (12), para cumprir 14 de mandados de prisão preventiva e 16 de busca e apreensão domiciliar, foram expedidas pelo Poder Judiciário do Pará (TJPA), tiveram atuação efetiva de servidores da Divisão de Combate a Crimes Econômicos e Patrimoniais Praticados Por Meios Cibernéticos (DCCEP), vinculada a DECCC, com apoio operacional das Polícias Civis dos Estados de Goiás (GO), Mato Grosso (MT) e Paraíba (PB).

"Ainda durante a investigação, foi apurado que o grupo também fez vítimas nos Estado do Rio de Janeiro (RJ). Alguns de seus integrantes já possuem registros criminais por outros crimes patrimoniais, como furto qualificado e receptação, assim como passagens pelo crime de tráfico de drogas", contou o delegado João Amorim, titular da DCCEP.

De acordo com o delegado-geral Walter Resende, além das ordens judiciais de prisão e busca e apreensão, foi determinado judicialmente o bloqueio de valores identificados durante as investigações como suspeitos. "A integração com a PCRJ também foi importante para nossas investigações, pois a associação criminosa fez vítimas por estelionato na região. Outras diligências serão realizadas para localizar e prender outros investigados", disse o gestor.



Três juízes do oeste do Pará são agraciados com Medalha da Ordem do Mérito do TJPA em Belém

Os juízes são de Alenquer, Oriximiná e Santarém e receberam a honraria na manhã desta terça-feira (12).

Por Kamila Andrade, g1 Santarém e região — PA 12/12/2023 17h51 · Atualizado há um dia









Juiz Gabriel Veloso recebendo a medalha em Belém - Foto: Arquivo Pessoal

Os juízes de Alenquer, Oriximiná e Santarém, no oeste do Pará, foram agraciados nesta terça-feira (12) em Belém, capital do estado, com a Medalha da Ordem e do Mérito pelos bons serviços prestados à sociedade. A cerimônia foi realizada na Sede do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

O juiz que atua no município de Santarém Gabriel Veloso de Araújo foi um dos que receberam a honraria. O magistrado José Gomes de Araújo Filho é atuante na cidade de Oriximiná e também foi um dos agraciados com a medalha.



Juiz Vilmar Macedo e família após o recebimento da honraria — Foto: Arquivo Pessoal

Ainda representando o oeste do estado, o juiz Vilmar Durval Macedo Junior, que é da comarca de Alenquer também recebeu a medalha.

Sobre a medalha

A condecoração de honraria da Justiça Paraense, foi criada com o propósito de homenagear personalidades e instituições civis e militares que se destacam pela relevância para o Poder Judiciário e a Sociedade.

No evento solene, a comunidade jurídica se reuni para testemunhar a entrega dessa distinta honraria, destacando não apenas a trajetória exemplar do homenageado, mas também a relevância do trabalho que fortalece a justiça paraense.

A associação criminosa, com atuação interestadual, fazia uso de um aplicativo de conversas e se passava por parentes ou pessoas próximas das vítimas, solicitando transferências financeiras, via PIX |Divulgação/Polícia Civil

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Medalha da Ordem do Mérito: juiz santareno recebe honraria do TJPA em Belém

José Maria Pereira Campos e Silva atualmente é juiz diretor de Curuçá, mas também já foi juiz eleitoral e delegado de Polícia Civil.

Por Dominique Cavaleiro, g1 Santarém e região — PA 12/12/2023 14h44 · Atualizado há um dia









Juiz José Maria Pereira Campos e Silva com a presidente do TJPA -- Foto: Arquivo pessoal

O juiz santareno José Maria Pereira Campos e Silva recebeu na manhã desta terça (12) em Belém a Medalha da Ordem e do Mérito pelos bons serviços prestados à sociedade. A cerimônia foi realizada na Sede do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

José Maria Pereira Campos atualmente é o juiz diretor de Curuçá, mas acumula em seu vasto currículo experiências como juiz eleitoral e também como delegado de Polícia Civil.

O nome do juiz santareno foi escolhido por unanimidade e divulgado pela Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos.

Ao g1, o juiz falou sobre o sentimento de receber a honraria. Para José Maria, receber a medalha é motivo de gratidão.

"Eu recebo essa honraria do TJPA como um reconhecimento do meu trabalho como magistrado. Gostaria de agradecer à Presidência por ter tido o nome unanimemente aprovado para receber a prestigiosa Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Pará. Para mim é motivo de grande alegria para receber essa honraria", contou o juiz.

A medalha



Juiz José Maria — Foto: Arquivo Pessoal

A condecoração de honraria da Justiça Paraense, foi criada com o propósito de homenagear personalidades e instituições civis e militares que se destacam pela relevância para o Poder Judiciário e a Sociedade.

No evento solene, a comunidade jurídica se reuni para testemunhar a entrega dessa distinta honraria, destacando não apenas a trajetória exemplar do homenageado, mas também a relevância do trabalho que fortalece a justiça paraense.



Comandante do CPR-1, coronel Tarcísio Costa recebe Medalha da Ordem do Mérito em Belém

Responsável pelo policiamento militar em 13 municípios do Baixo Amazonas, Coronel Tarcísio Costa já dedica mais de 25 anos à carreira de policial militar.

Por Dominique Cavaleiro, g1 Santarém e região — PA 12/12/2023 14h39 · Atualizado há um dia









Coronel Tarcísio Costa no TJPA — Foto: Arquivo pessoal

Foi realizada nesta terça (12) em Belém a cerimônia para agraciar personalidades do estado com a Medalha da Ordem do Mérito. Um dos homenageados é o comandante do CPR-1, o coronel Tarcísio Costa.

Nascido em 21 de novembro de 1977, filho de Thomé Lisboa da Costa e Tereza Maria de Jesus Morais da Costa, o coronel Tarcísio Costa é casado com Alessandra Camilla Castro Chaves da Costa, pai Rafael Castro da Costa e Eduardo Castro da Costa. Costa foi incluído nas fileiras da PMPA em 20 de maio de 1998.

Com mais de 25 anos dedicados à carreira de Policial Militar, o coronel Tarcísio Costa já comandou o 3° BPM em <u>Santarém</u> e o 18° BPM, em Monte Alegre. Atualmente exerce o comando de policiamento regional 1 sediado em Santarém, sendo responsável por 13 municípios da região do Baixo Amazonas.

"Obrigado a todos amigos, essa medalha pertence a toda tropa do Oeste do Pará, reconhecimento do excelente trabalho realizado em prol da sociedade do baixo Amazonas", contou o coronel.



Tarcísio Costa com a esposa, Alessandra Costa — Foto: Arquivo Pessoal

A medalha

A condecoração de honraria da Justiça Paraense, foi criada com o propósito de homenagear personalidades e instituições civis e militares que se destacam pela relevância para o Poder Judiciário e a Sociedade.

No evento solene, a comunidade jurídica se reuni para testemunhar a entrega dessa distinta honraria, destacando não apenas a trajetória **exemplar do** homenageado, mas também a relevância do trabalho que fortalece a justiça paraense.

POLÍTICA

Juízes, políticos e advogados prestigiam lançamento do livro Direito Público e suas Transversalidade

Obra do Instituto Brasileiro de Direito Público e Privado (IDPP), no Pará, traz 60 artigos de 50 autores como ministros e juízes







Valéria Nascimento 13.12.23.23h29



O lançamento do livro "Direito Público e suas Transversalidades", pelo Instituto Brasileiro de Direito Público e Privado (IDPP), no Pará, reuniu a comunidade jurídica paraense em um evento concorrido no Palacete Faciola, no bairro de Nazaré, em Belém, na noite desta quarta-feira (13).

PUBLICIDADE

O evento contou com a participação da vice-governadora do Pará, Hana Ghassan, de membros da Justiça, Tribunais de Contas e do Ministério Público, além de secretários estaduais, entre outras autoridades.





















A publicação é a segunda organizada pelo IDPP e traz 60 artigos de 50 autores, como ministros de Tribunais de Contas da União e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), bem como representantes de poderes públicos, no Pará, a exemplo de juízes, promotores de justiça, acadêmicos e advogados com atuação reputada na capital paraense.

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público e Privado (IDPP), no Pará, a advogada paraense Denise Mendes assina a coordenação do livro, em conjunto com os advogados Jeferson Bacelar e Giussepp Mendes.

Denise enfatizou que o Instituto ao lançar obras jurídicas procura promover o intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos e evidenciar a qualidade profissional dos operadores do direito no Pará.

"Nosso interesse é também de colocar os nossos juristas e autores paraenses no rol nacional. Somos conhecidos individualmente, mas entendemos que em grupo somos mais fortes", afirmou a advogada que além de coordenadora da publicação, assina um dos artigos.

Sobre a escolha do tema, o advogado Jeferson Bacelar disse que os diversos textos, cada um à sua maneira, exploram a transversalidade do 'Direito Público'.

Ele explicou que, num primeiro momento, o livro – editado pela Editora Fórum, conhecida como repositório de textos de direito público – de fato, se dedicaria às temáticas do direito constitucional e do direito administrativo, mas os coordenadores decidiram ampliar a potencialidade da obra, oportunizando a transversalidade, a partir da colaboração de outras áreas do direito.

"Hoje, nós vivemos no Brasil, o movimento que se chama constitucionalização do direito, a constituição dialoga com todas as áreas do direito. O STF, por exemplo, analisa e decide questões do direito do trabalho, do direito penal, do consumidor, ou seja, hoje, de certa forma, todas as matérias estão com esse diálogo em relação ao direito público e ao direito constitucional, especialmente. Nós entendemos que o livro revela exatamente isso e a diversidade de autores também enriqueceu o que nós propusemos, inicialmente", enfatizou Jeferson Bacelar.

A desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, diretora da Escola Judiciária do Poder Judiciário do Pará, assina, por exemplo, o artigo "Os efeitos temporais da coisa julgada, à luz dos temas 881 e 885 do STF; considerações úteis para o manejo processual nas vias ordinárias de jurisdição".

"Esta obra é importante, porque nós aqui no Pará precisamos mostrar nossos valores, entendimentos e ensinamentos de nossa cultura e é em cima do direito que nós aprendemos a fazer, crescer, inovar e transformar e essa coletânea mostra esse conteúdo profissional", afirmou a desembargadora Célia Regina

Conselheira do Tribunal de Contas do Pará (TCE), Daniela Barbalho, primeiradama do Estado, assina o artigo "Entre a Jurisprudência do TCU e a Legislação Subnacional", sobre decisões concretas da Corte de Contas federal e o regramento existente no país, aplicados pela Administração Pública.

"A análise que realizei ressalta a importância desse alinhamento entre a jurisprudência do TCU e a legislação subnacional em um caso concreto. Outro

assunto que não poderia ser olvidado neste trabalho é a aplicabilidade da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos que trará uma nova aplicação normativa para o Poder Judiciário e Corte de Contas do país", comentou a conselheira Daniela Barbalho.

Entre os autores de artigos, há ministros de Tribunais de Contas da União e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), bem como representantes de poderes públicos, no Pará, como o presidente da Assembleia Legislativa do Estado (Alepa), Francisco das Chagas Silva Melo Filho, mais conhecido como o deputado Chicão Melo.

Chicão Melo assina um artigo sobre "Perspectivas teóricas acerca de políticas públicas", ao lado dos advogados Frederico Antônio de Oliveira e Jeferson Bacelar.